



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682592 - RJ (2021/0233871-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : THIAGO FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO FERREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0196454-47.2020.8.19.0001).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado e multa, pela prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal, e 244-B da Lei n. 8069/1990; e de 2 meses de detenção em regime inicial semiaberto e multa pelo crime do art. 329 do Código Penal.

A impetrante sustenta a inexistência de motivação válida para a fixação do regime inicial fechado para os crimes apenados com reclusão, e do modo semiaberto para o delito de detenção, aduzindo que a fundamentação foi com base na gravidade abstrata dos delitos e nos elementos constitutivos do tipo penal.

Assevera que as sanções basilares foram impostas no mínimo legal, sendo devida a alteração para o modo prisional mais benéfico, nos termos do art. 33, § 2º, letra "b", e § 3º, do Código Penal, sob pena de violação dos enunciados das Súmulas 718 e 719 do STF e 440 do STJ.

Requer, liminarmente, a colocação do paciente em regime mais brando até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja alterado o regime inicial para o semiaberto em relação aos delitos punidos com reclusão, e para o aberto quanto ao crime com pena de detenção.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado (e-STJ fls. 63/64):

Quanto ao regime de prisão, deve ser mantido o inicial fechado para a reclusão em face das circunstâncias dos crimes, praticados com arma de fogo apontada para a vítima e disparos efetuados contra a guarnição policial, situação que revestiu a ação de gravidade concreta, com risco de evolução para delito mais grave, contando ainda com o concurso de um adolescente, tudo a justificar a aplicação do regime mais rigoroso, como resposta adequada à reprovação e prevenção de tal conduta,

com amparo nas disposições do artigo 33, § 2º, da alínea “a” e § 3º, do Código Penal.

Pelas mesmas razões e com amparo nas disposições do art. 33, caput, segunda parte, e art. 111, da LEP, a pena de detenção deve ser resgatada no regime inicial semiaberto.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência